



INFORMATIVO

O TUIUTI



**ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)
370 anos da Segunda Batalha dos Guararapes - 230 anos da Inconfidência Mineira
130 anos da Proclamação da República - 120 anos da Revolução Acreana
ANO 2019 Setembro Nº 326**

**CAXIAS NO COMANDO DA TRÍPLICE ALIANÇA.
O FATOR LOGÍSTICO. INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NO CONFLITO.**

NYLSON REIS BOITEUX, Cel Ref do Exército Nacional. Diplomado pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

1. O quadro inicial - Curupaiti foi um desastre para a Tríplice Aliança. O Brasil e a Argentina perderam cerca de 4.000 homens mortos e feridos. Solano Lopez, cujas perdas foram de 250 defensores, ficou contente com a vitória e a tropa paraguaia aumentou o seu poder combatível. O General Diaz, Comandante da fortificação foi galardoado pelo sucesso de sua atuação na defesa de Curupaiti. Esse revés causou consternação na Tríplice Aliança. A derrota era para desanimar os Exércitos Aliados. No entanto, o patriotismo do Brasil, não vacilou um só momento! Concentrando suas energias, o país resolveu prosseguir na guerra, com a certeza da vitória, pois, a frente de suas tropas estaria **O Marquês de Caxias!** Depois de tanto esforço feito pelo Brasil, sacrificando recursos financeiros e vidas, nosso país não podia se conformar com a impotência dos Aliados ante Lopez. Os inimigos da Tríplice Aliança se esforçavam em separar os Aliados. Os argentinos acusavam os brasileiros e seus Generais. Os brasileiros atribuíram o desastre a incapacidade militar de Mitre. A verdade é que, o malogrado ataque a Curupaiti evidenciou a desarmonia entre os Comandantes dos Exércitos Aliados.

2. Conseqüências do desastre de Curupaiti

a. No Campo Internacional – A Tríplice Aliança fragilizou-se. Potências estranhas à luta quiseram intervir no conflito a fim de cessarem a guerra. A França quis evitar a saída do Couraçado Brasil, que tinha sido encomendado em 1863 à “Companhia Forges et Chantiers de la Mediterranée”. O Brasil reagiu e a França mudou de atitude. O vazamento do “Tratado de Aliança”, que deveria ser secreto, chegou ao conhecimento de J. Russel do Gabinete Inglês que, mandou publicá-lo levemente, no Relatório do Ministério. A repercussão do fato foi grande contra a guerra, mas se desvaneceu com o avançar do Conflito. Os Aliados silenciaram quanto às cláusulas do Tratado. Em julho de 1866 o Peru e o Chile se ofereceram como mediadores, mas o Brasil recusou qualquer proposta de paz. A Bolívia protestou contra o Tratado, julgando que ele daria a posse do Grão Chaco à Argentina. O Ministro Norte Americano no Rio de Janeiro, General Webb, propôs uma conferência em Washington para estabelecer a paz. O Governo brasileiro consultou os Aliados e a resposta, em abril de 1868, foi de recusa à intervenção. O representante Diplomático da Inglaterra, Mr. Gould quis servir em 1867 de mediador. Foi negada a proposta. Todos os navios de Guerra estrangeiros que tentavam romper o bloqueio do Rio Paraguai eram interceptados pela nossa Esquadra.

b. No Campo Militar – O desastre de Curupaiti abalou o Exército Aliado e deu nova coragem aos paraguaios. A situação dos Aliados era defensiva; revezavam-se os tiroteios e a concentração de fogos de Artilharia. Enquanto isso se passava no Paraguai, no Rio de Janeiro se fazia uma violenta campanha contra aquela situação de combate, de estagnação. Assim é que, diante desse quadro pessimista das operações, foi levantado o nome do “**Marquês de Caxias**” a fim de comandar as Forças Brasileiras. Para o prosseguimento da guerra, ficou decidido que o Comando da Esquadra ficaria subordinado ao Comando-em-chefe. O Almirante Tamandaré, doente, pediu licença para tratamento de saúde e, para substituí-lo, foi nomeado o Vice-Almirante Joaquim José Ignácio, que mais tarde ficou conhecido como o Visconde de Inhaúma. O Ministério de Zacarias de Góis de Vasconcelos, embora Liberal, lembrou o nome de Caxias, que pertencia ao partido Conservador, para função de Comandante-em-Chefe das Forças Brasileiras no Paraguai. Caxias aceitou a missão e, mesmo com 63 anos de idade, em 10 de outubro de 1866, deu-se a sua nomeação. Caxias seguiu para o Sul em 18 de novembro de 1866, entrava em Tuiuti e foi recebido com aclamação da tropa brasileira confiante no valor do grande militar. Em 21 de dezembro de 1866, ocorreu a substituição prevista do Almirante Tamandaré pelo Vice-Almirante Joaquim José Ignácio, no Comando da Esquadra. Enquanto isso se passava, o Governo Imperial não se descuidava da defesa e ativava o trabalho nos Arsenais e ao mesmo tempo ordenava a mobilização de 10 mil homens.

3. Caxias – Preparação das ações logísticas: dificuldades e soluções - Após a derrota de Curupaiti, verificou-se um profundo pessimismo na Tríplice Aliança. Caxias ao chegar a Tuiuti, constatou o estado de desorganização e de indisciplina do Exército. Levou seis meses reorganizando a logística e melhorando a disciplina. Procurava modificar a desastrosa situação encontrada. Preparava-se cuidadosamente para o prosseguimento da Campanha, insuflando a confiança e a esperança na Tropa, afastando o desânimo que se abateu sobre seus comandados. Caxias à frente das tropas cuidou seriamente dos aspectos operacionais e logísticos. Convém lembrar que o Governo Imperial, sabiamente, aportou recursos financeiros a Caxias em benefício do aparelhamento das nossas Forças, atitude que muito contribuiu para a sua tarefa de reorganização. Para recuperar o tempo perdido e acelerar a continuidade da Campanha, Caxias pessoalmente desdobrava-se em inspecionar - “tudo vendo e tudo prevendo” - com meticulosidade, particularmente quando se referia ao bem-estar da Tropa. Observou que havia Hospitais de Sangue em Buenos Aires, Corrientes Cerrito, Itapiru, Passo da Pátria, Tuiuti e Montevideú, constatando estar a terça parte do efetivo doente. Procurou reorganizá-los e agrupou alguns deles com economia, concentrando os médicos e os recursos da saúde. Cuidou da assistência sanitária, da higiene e da alimentação. Deu muita importância ao tratamento da água, mediante a aquisição de filtros, o que contribuiu para evitar doenças intestinais que, dizimavam os nossos combatentes. Quanto aos dois Corpos-de-Exército, encontrou-os em estado lamentável. O 2º Corpo estava com a cavalaria apeada. Caxias melhorou tudo, uniformizando as duas Grandes Unidades. Adquiriu animais de sela para a Cavalaria; fornecimento de munição, transporte, fardamento, forragens e víveres para os Corpos de Exército; procurando criar outros meios de mobilidade. Lutando-se com dificuldade, obtiveram-se cavalhadas, mulas, boiadas e forragens. Foi um trabalho que durou quase doze meses, tempo em que se manteve o Exército inativo. Além desses aspectos logísticos, Caxias cuidou da disciplina da tropa que estava muito enfraquecida. Quanto à instrução da Força ele ia ao ponto de manobrar os batalhões de Infantaria e unidades das outras Armas, como se fosse um simples Capitão ou Major. Submetendo a tropa a todas essas medidas, preparou o Exército que teria de continuar as operações para finalmente, ganhar a Guerra. A “logística estática” de Caxias não se exauriu em Tuiuti. Ela o acompanhou durante toda a Campanha “logística dinâmica”. O exemplo disso observamos na fase da guerra, depois de efetuada a “Marcha de Flanco”. Soube Caxias associar a idéia estratégica ao fator logístico, estabelecendo diversas bases à medida que a Tropa progredia. Ao prever a queda de Humaitá, o grande chefe militar planejou a montagem de uma base de operações e logística nesse local “fazendo passar por ali os depósitos, hospitais, repartições e tribunais que até então haviam sido mantidos em Corrientes”. Ao longo da Campanha foram abertos os seguintes Centros Operacionais e Logísticos: 1. Corrientes; 2. Tuiuti, 3. Humaitá, 4. Villeta e 5. Assunção (após a conquista dessa cidade).

4. Caxias e as inovações tecnológicas introduzidas no Conflito - A Guerra do Paraguai seria uma guerra moderna de transição, entre o Período Napoleônico e a 1ª Guerra Mundial e tornou-se a mais importante do Continente sul-americano. Apresentou um nível de sofisticação tecnológica desconhecido dos beligerantes: emprego do telegrafo elétrico; construção de estradas de ferro; ligações por foguetes e balões

ambiente, quando é exatamente o contrário que ocorre. Com as suas áreas protegidas, reservas ambientais, reservas indígenas, 63% do seu território é constituído por florestas, matas e campos; é o país com a maior área florestal do planeta, exemplo de sustentabilidade. A respeito, consulte-se os dados valiosos da EMBRAPA e da NASA, que desmistificam a ideia, que se quer propagar, de país destruidor do meio ambiente.

Pode o mundo em geral, e a Europa em particular, nos dar alguma lição de meio ambiente, quando, a conta gotas, se contam as suas reservas florestais, após séculos de destruição?

Pode a Alemanha nos ensinar alguma coisa, quando foi uma empresa sua que deu o laudo comprometedor que acabou por permitir a catástrofe de Brumadinho? Ou a Noruega nos criticar e cancelar os seus recursos ao Fundo Amazônico, quando a sua grande empresa de celulose - Hidro Alunorte - poluiu de forma assustadora a cidade de Barcarena, no Pará, e os rios amazônicos que a circundam? E o que falar da caça às baleias e da exploração de petróleo no Mar do Norte e no Ártico, sua principal atividade econômica, por si só altamente poluidora? E quanto a França, que está capitaneando toda essa pressão sobre o Brasil, pode ela nos ditar alguma regra de proteção ao meio ambiente ao devastar a Polinésia Francesa e comprometer a vida no Taiti com altos índices de radiação, fruto dos seus testes atômicos na área? É vergonhoso quando o presidente Macron se vale de fotos e dados falsos para abalizar as suas críticas.

Não temos que receber desses países ou de quaisquer outros nenhuma lição. São hipócritas ambientais que têm as suas vistas, os seus objetivos, voltados contra o agronegócio brasileiro que, pela sua pujança, a todos amedronta. O meio ambiente é, apenas, consequência. Hoje, já alimentamos mais de um bilhão de seres humanos, usando apenas 7,6% do território e, muito em breve, seremos a maior potência agrícola do planeta. Pela nossa produtividade e baixos custos, não temos concorrentes a nível mundial. Todo esforço europeu é para retardar esse processo, principalmente depois que foi aberto o caminho de amplas negociações entre o Mercosul e a Comunidade Europeia.

A França está propondo levar a problemática amazônica ao G7, na busca de sanções mais objetivas contra o Brasil. Insinua até a sua condição de país atômico. Isso não nos causa arrepios, muito menos, medo. Seu poderio atômico nada mais é que um tigre de papel, quase sem valor estratégico global. A nível regional sul-americano, falta-lhe envergadura moral para realizar qualquer tipo de aventura. Se decidir intervir com forças convencionais, sabe qual será o resultado – a derrota, a exemplo do ocorrido na Indochina. Nosso agronegócio pode sofrer algumas consequências dessa indesejada situação, mas, também, a França e outros países têm muito a perder nos seus investimentos no país.

Muito esdrúxula e que exige maiores explicações ao povo brasileiro é a proposta do Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, de discutir a Amazônia com parlamentos europeus, como a lhes dar alguma explicação, internacionalizando uma questão que é essencialmente brasileira. Revela absoluta insensibilidade política, oportunismo e falta de patriotismo, quando, pela sua carga explosiva, ela pode e deve ser discutida, exclusivamente, no Congresso Brasileiro.

Era previsível que, mais cedo ou mais tarde, fôssemos nos defrontar com essa indesejável situação. O que não se pode abrir mão, negociar, é a soberania brasileira sobre os mais de 5 milhões de quilômetros quadrados da Região Amazônica, integrando-a, em definitivo, ao restante do país, pela execução de amplos projetos de infraestrutura, que, por certo, irão impactar o meio ambiente, mas darão melhores condições de vida ao seu sofrido e resignado povo. Mais do que nunca, essa grave interferência europeia evidencia, com toda clareza, que é ainda relativa a soberania que exercemos sobre a Amazônia.

Resta confiar que o bom senso e profícuas conversações diplomáticas conduzam essa candente questão ao seu escoadouro natural de ampla cooperação.

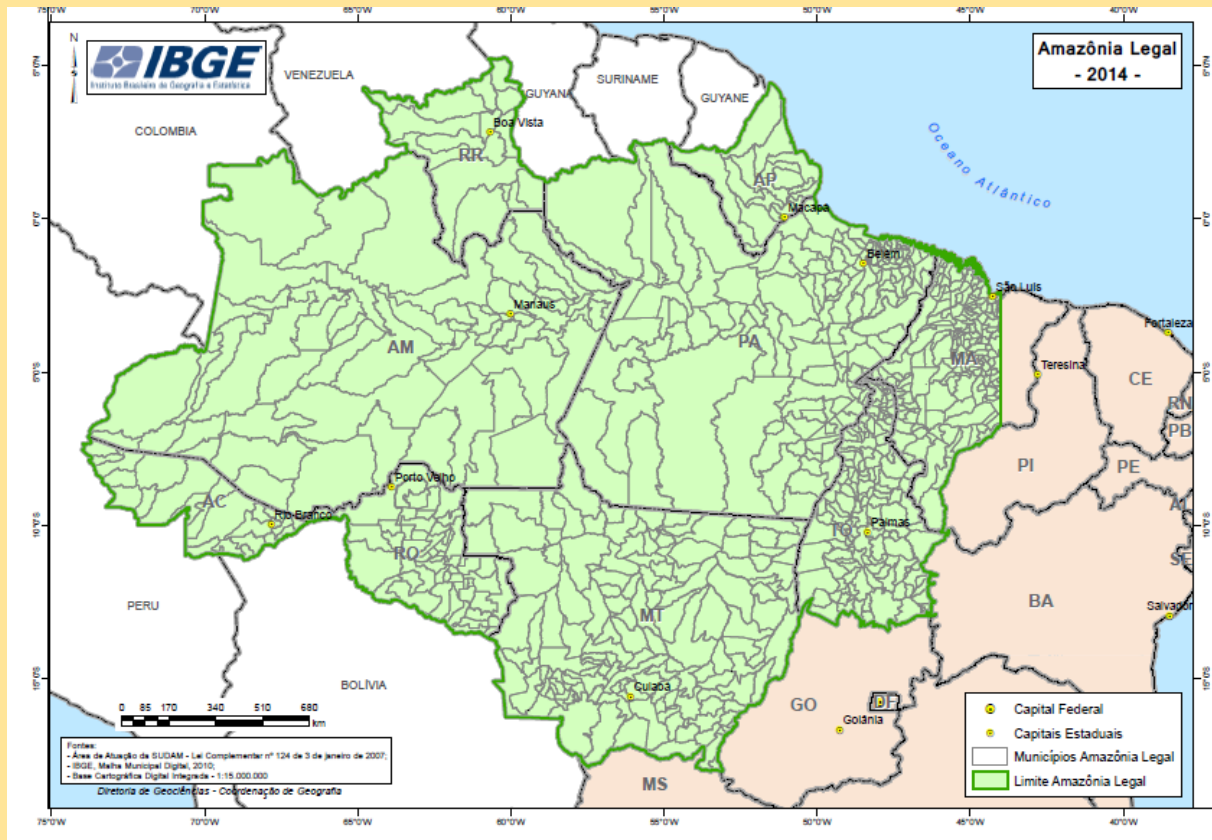
RIO DE JANEIRO, 23 de agosto de 2019

(48) 99976-6974

ricardobergamini@ricardobergamini.com.brwww.ricardobergamini.com.br**Prezados Senhores**

Tendo em vista que o tema do momento será a Amazônia, e antes que a estupidez coletiva brasileira comece a vomitar bobagens por todos os poros, cabe divulgar matérias técnicas, isentas de masturbação mental ideológica, sobre o tema, com base nas informações oficiais do governo (IBGE).

Boa leitura.



O termo Amazônia Legal só foi incorporado em legislações mais recentes, como a Lei n. 11.952, de 25.06.2009, e o Código Florestal (Lei n. 12.651, de 25.05.2012), e não consta de forma explícita nas leis que definiram a área amazônica brasileira para fins de políticas públicas nas décadas anteriores. A utilização do adjetivo “legal” se dá pela necessidade de diferenciar o recorte definido por legislação da região amazônica definida pelo bioma ou pela bacia hidrográfica, bem como da Amazônia Internacional. A criação da região da Amazônia Legal faz parte das competências da União, que, conforme o Art. 43 da Constituição Federal, poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais. Nesse sentido, a Amazônia Legal foi instituída com o objetivo de definir a delimitação geográfica da região política captadora de incentivos fiscais com vistas à promoção de seu desenvolvimento regional.

A Amazônia Legal é dividida em duas partes: a Amazônia Ocidental, composta pelos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, e a Amazônia Oriental, composta, por exclusão, pelos Estados do Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso. A Amazônia Ocidental foi mencionada, pela primeira vez, no Decreto-Lei n. 291, de 28.02.1967, e ratificada no Decreto-Lei n. 356, de 15.08.1968.

A definição legal da área amazônica brasileira sempre esteve associada à criação de órgãos públicos e à implementação de políticas governamentais. A primeira definição data de 1953, feita pela Lei n. 1.806, de 06.01.1953, que criou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA e estabeleceu sua área de atuação, abrangendo a região compreendida pelos Estados do Pará e Amazonas; os Territórios Federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco; e, ainda, a parte do Estado do Mato Grosso ao norte do Paralelo 16º, a parte do Estado de Goiás ao norte do Paralelo 13º, e a parte do Maranhão ao oeste do Meridiano 44º. Foi uma construção geopolítica que visava definir uma área para aplicação de políticas territoriais e econômicas que incorporassem a vastidão norte do território brasileiro ao tecido socioeconômico do País, garantindo, assim, a soberania sobre o território.

Na década de 1960, mudanças no planejamento territorial brasileiro levaram à extinção da SPVEA e sua substituição pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, órgão que passou a ser responsável pela execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. A redação da Lei n. 5.173, de 27.10.1966, entretanto, manteve a área amazônica definida pela Lei n. 1.806, de 06.01.1953.

A área da Amazônia e, conseqüentemente, de atuação da SUDAM permaneceu inalterada até 1977, quando foi criado o Estado do Mato Grosso do Sul. A Lei Complementar n. 31, de 11.10. 1977, estendeu os limites da Amazônia para além do Paralelo 16º, fazendo-o coincidir com as divisas do Estado do Mato Grosso com o Estado do Mato Grosso do Sul.

Os limites da Amazônia Legal não foram alterados com a promulgação da Constituição Federal, que criou o Estado do Tocantins. Esses limites só voltariam a ser alterados em 2001, quando a Medida Provisória n. 2.146-1, de 04.05.2001, extinguiu a SUDAM e criou a Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA. O limite representado pelo Paralelo 13º, vigente até então, foi substituído pelo limite entre os Estados de Goiás e Tocantins. A mesma redação foi dada pela Medida Provisória n. 2.157-5, de 24.08.2001. A Lei Complementar n. 124, de 03.01.2007, que recriou a SUDAM, estabeleceu, como sua área de atuação, exatamente a mesma definida nas Medidas Provisórias n. 2.146-1 e n. 2.157-5, de 2001.

X.X

"ÁRDUA É A MISSÃO DE DESENVOLVER E DEFENDER A AMAZÔNIA. MUITO MAIS DIFÍCIL, PORÉM, FOI A DE NOSSOS ANTEPASSADOS DE CONQUISTÁ-LA E MANTÊ-LA".

GENERAL RODRIGO OTÁVIO JORDÃO RAMOS

X.X

Editor:

Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Presidente da AHIMTB/RS (lecaminha@gmail.com)

Sites: www.ahimtb.org.br e www.acadhistoria.com.br

Site do NEE/CMS: www.nee.cms.eb.mil.br

Site do Núcleo Militar de Gramado: www.nuclev.com

Blog da Delegacia da FAHIMTB/RS em Recife, PE – Delegacia Heróis de Guararapes:

"<http://historiapatriota.blogspot.com/>".